



# Diário Oficial

Biblioteca Pública "Artur Bernardes"

0573

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO CI - 102º DA REPÚBLICA - Nº 27.247

BELEM - QUINTA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 1992

Governador do Estado

**JADER FONTENELLE BARBALHO**

Vice-Governador do Estado

**CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS**

Presidente da Assembleia

RONALDO PASSARINHO PINTO DE SOUZA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Procuradoria Geral de Justiça

EDITH MARILIA MAIA CRESPO

Procuradoria Geral do Estado

JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA

Procuradoria Geral da Defensoria Pública

MARIA SÔNIA RODRIGUES LOBO GLUCK PAUL

## SECRETARIADO

Administração

GILENO MÜLLER CHAVES

Justiça

ADHERBAL AUGUSTO MEIRA MATTOS

Fazenda

ROBERTO DA COSTA FERREIRA

Viação e Obras Públicas

PAULO SERGIO FONTES DO NASCIMENTO

Saúde Pública

ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA

Educação

ROMERO XIMENES PONTE

Agricultura

PAULO MAYO KOURY DE FIGUEIREDO

Segurança Pública

ALCIDES DA SILVA ALCANTARA

Planejamento e Coordenação Geral

MARIA EUGÊNIA MARCOS RIO

Cultura

GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA

Indústria Comércio e Mineração

LUIZ PANIAGO DE SOUSA

Trabalho e Promoção Social

ROBERTO RIBEIRO CORRÊA

Transportes

ANTÔNIO CESAR PINHO BRASIL

Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO

Casa Militar da Governadoria do Estado

Tenente Coronel - QOPM FLAVIANO GOMES MELO

Casa Civil da Governadoria do Estado

MANOEL NAZARETH SANT'ANNA RIBEIRO

Consultor Geral do Estado

JOÃO ROBERTO MENDES CAVALLEIRO DE MACEDO

## NESTA EDIÇÃO

DECRETOS

Do Governo do Estado

PORTARIAS

Das Casas Civil e Militar das Governadorias do Estado e Secretarias de Estado da Fazenda, Saúde Pública, Educação e Agricultura

AVISO DE LICITAÇÃO - FORNECIMENTO DE MATERIAL

Da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte

PORTARIA Nº 253/92 - CONSTITUIR COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Da Assembleia Legislativa do Estado

EDITAIS

Da Justiça do Trabalho

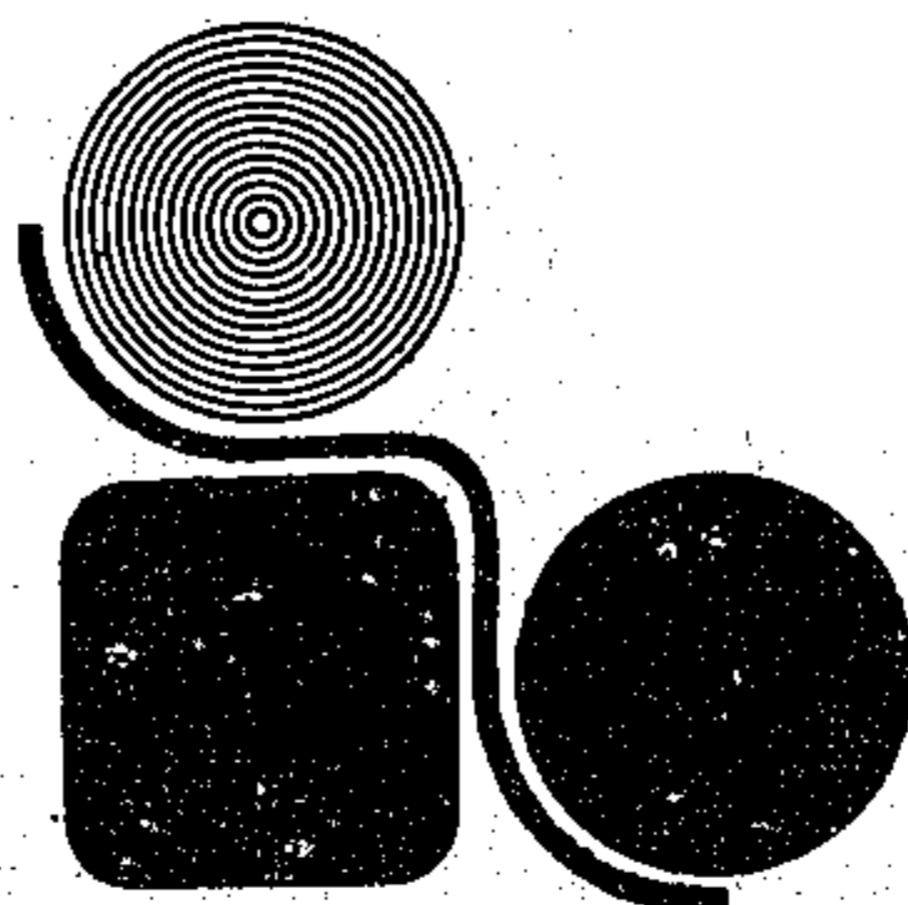
ATAS

De Diversas Firmas

## AVISO

Avisamos aos clientes e leitores do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, que o expediente para recebimento de matérias se encerra **IMPRETERIVELMENTE** às 18:00 horas. Depois do horário mencionado a I.O.E., não receberá mais anúncios sob hipótese alguma.

2 Cadernos  
24 Páginas



# Imprensa Oficial

**GOVERNO DO ESTADO  
PODER EXECUTIVO**

DECRETO Nº 0089, DE 22 DE JUNHO DE 1992.

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 600.000.000,00, em favor do Tribunal de Contas do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinados com o artigo 52, da Lei nº 5.682, de 04 de dezembro de 1991.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto em favor do Tribunal de Contas do Estado, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 600.000.000,00 (SEISCENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), destinado a reforço da dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTES	VALOR
02101.01020022.002	Fiscalização e Controle da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos	Investimentos	Outras	11.101	600.000.000
TOTAL					600.000.000

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta de Recursos do Estado - Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, de acordo com o item I, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

JADER FONTENELLE BARBALHO  
Governador do Estado

GILENO MÜLLER CHAVES  
Secretário de Estado de Administração

MARTA EUGÊNIA MARCOS RIO  
Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

ROBERTO DA COSTA FERREIRA  
Secretário de Estado da Fazenda  
CP92/0030904-6

DECRETO Nº 0091, DE 22 DE JUNHO DE 1992.

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00, em favor do Gabinete do Governador.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinados com o artigo 52, da Lei nº 5.682, de 04 de dezembro de 1991.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto em favor do Gabinete do Governador, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 (UM BILHÃO E DUZENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), destinado a reforço da dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTES	VALOR
11101.03070202.011	Coordenação Geral do Gabinete do Governador	Outras Despesas	3120.00	11.101	200.000.000
11101.03070212.012	Funcionamento do Gabinete do Governador	Outras Despesas	3132.00	11.101	1.000.000.000
TOTAL					1.200.000.000

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta de Anulação Parcial, da dotação consignada no orçamento vigente, conforme estabelecido no item III, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 (UM BILHÃO E DUZENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), através da unidade orçamentária da forma a seguir discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTES	VALOR
11101.03070232.222	Encargos com Publicidade	Outras Despesas	3132.00	11.101	1.200.000.000
TOTAL					1.200.000.000

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

JADER FONTENELLE BARBALHO  
Governador do Estado

GILENO MÜLLER CHAVES  
Secretário de Estado de Administração

MARTA EUGÊNIA MARCOS RIO  
Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

ROBERTO DA COSTA FERREIRA  
Secretário de Estado da Fazenda  
CP92/0030903-8

**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO**

PORTARIA Nº 092/92-CCG, DE 23 DE JUNHO DE 1992  
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao exercício de 1991, ao servidor LAÉRCIO WILSON BARBALHO JÚNIOR, ocupante do cargo de Assessor Especial I, lotado na Casa Civil da Governadoria do Estado, no período de 01 a 30.07.92.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Casa Civil da Governadoria do Estado, 23 de junho de 1992.

a) Ilegível  
p/ MANOEL NAZARETH SANT'ANNA RIBEIRO  
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

CP92/0030896-1

PORTARIA Nº 093/92-CCG, DE 23 DE JUNHO DE 1992  
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor JOÃO ROBERTO MATOS GUERREIRO, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete I, lotado na Casa Civil da Governadoria do Estado, para responder pelo servidor FERNANDO NAZARENO PUGET MERGULHAO, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete II, lotado na Casa Civil da Governadoria do Estado, no período de 01 a 30.07.92.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Casa Civil da Governadoria do Estado, 23 de junho de 1992.

a) Ilegível  
p/ MANOEL NAZARETH SANT'ANNA RIBEIRO  
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

CP92/0030895-3

PORTARIA Nº 096/92-CCG, DE 23 DE JUNHO DE 1992  
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora ROSANGELA DO SOCORRO PEREIRA CARDOSO, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete II, lotada na Casa Civil da Governadoria do Estado, para responder pelo servidor LAÉRCIO WILSON BARBALHO JÚNIOR, ocupante do cargo de Assessor Especial I, lotado na Casa Civil da Governadoria do Estado, no período de 01 a 30.07.92.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Casa Civil da Governadoria do Estado, 23 de junho de 1992.

a) Ilegível

p/ MANOEL NAZARETH SANT'ANNA RIBEIRO  
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

CP92/0030894-5

PORTARIA Nº 095/92-CCG, DE 23 DE JUNHO DE 1992

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao exercício de 1991, ao servidor MÁRIO ANTÔNIO MARTINS JÚNIOR, ocupante do cargo de Assessor Especial I, lotado na Casa Civil da Governadoria do Estado, no período de 09.06 a 08.07.92.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Casa Civil da Governadoria do Estado, 23 de junho de 1992.

a) Ilegível  
p/ MANOEL NAZARETH SANT'ANNA RIBEIRO  
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

CP92/0030888-0

**CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO**

PORTARIA Nº 024-CMG, DE 23 DE JUNHO DE 1992  
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 116 da Lei nº 749 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios),

RESOLVE:

Conceder 03 (três) meses de Licença Especial ao servidor ROBERTO JOSÉ CORRÊA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, GEP-SA-901, lotado no Serviço de Recursos Humanos da Casa Militar da Governadoria do Estado, correspondentes ao quinquênio de 03.03.87 a 03.03.92, a ser gozada no período de 01.05 a 31.07.92.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Casa Militar da Governadoria do Estado, 23 de junho de 1992.

FLAVIANO GOMES MELO - Ten. Cel. PM  
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado  
(G. REG. Nº 41911)

CP92/0030887-2

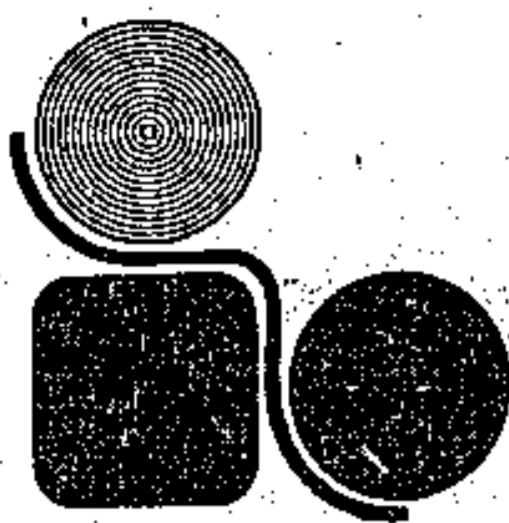
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

PORTARIA Nº 055, DE 22 DE JUNHO DE 1992.

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 0555, de 19 de dezembro de 1991, que dispõe sobre ALTERAÇÃO DO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - ODD.

RESOLVE:

1- Aumentar no Quadro de Detalhamento da Despesa, em Cr\$ 470.000.000,00 (SEISCENTOS E SETENTA MILHÕES DE CRUZEIROS), as dotações dos elementos de despesa, da Unidade Orçamentária: 11.201 - Ação Social Integrada ao Palácio do Governador, conforme quadro abaixo:



**Imprensa Oficial**

**DIRETORIA  
ADMINISTRAÇÃO  
REDAÇÃO  
PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, S/N, próximo a Almirante Barroso  
Belém - Pará

**PBX - 226-7888 (GERAL)**

**FAX - 226-0556**

**Diretor Presidente  
JOSE SARRAF MAIA**

**Diretor de Administração  
LOURIVAL BARBALHO JUNIOR**

**Diretor Técnico  
NAZIR RACHID**

**Diretor de Documentação e Divulgação  
ALVARO AUGUSTO MAIA DA SILVA**

**Resp. pela Chefia de Redação  
ANTONIO CARLOS C. DOS SANTOS**

**Chefe da Revisão  
RAIMUNDO WALDIR B. LOBÃO**

Na CAPITAL	CR\$	
Trimestral	85.313,00	
Outros Estados e Municípios (Trimestral)	260.625,00	
Publicações: Página comum, cada centímetro	46.875,00	
Preço da Composição centímetro	5.250,00	
Preço por página	9.281.250,00	
Fotolito - centímetro	1.875,00	

**PREÇO DO EXEMPLAR CR\$ 1.000,00**

**MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO**  
Das 8:00 às 13:00 hs. e das 15:30 às 18:00hs. excluindo-se os sábados.  
**RECLAMAÇÕES:** 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.  
**OFÍCIOS OU MEMORANDOS:** Devem acompanhar publicações a cobrar.  
**ASSINATURAS:** Capital, Municípios e outros Estados em qualquer época.  
**PAGAMENTOS:** Sempre em Cheque Nominal para a **IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO.**

**OBS.:** As assinaturas do **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO** não dão direito ao recebimento de Caderno Especial, elaborado exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTES	VALOR
11201.15070214.002	Funcionamento e Manutenção da Ação Social Integrada ao Palácio do Governo	3120.00	11.101	50.000.000
		3132.00	11.101	150.000.000
11201.15070214.219	Eventos e Promoções	3131.00	11.101	5.000.000
11201.15814864.003	Assistência Social Integrada	3132.00	11.101	400.000.000
		3223.02	11.101	65.000.000
<b>T O T A L</b>				<b>670.000.000</b>

II- Para seu atendimento reduzir em igual valor as dotações dos elementos de despesa das mesmas atividades da forma a seguir discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTES	VALOR
11201.15070214.002	Funcionamento e Manutenção da Ação Social Integrada ao Palácio do Governo	3131.00	11.101	200.000.000
11201.15070214.219	Eventos e Promoções	3132.00	11.101	5.000.000
11201.15814864.003	Assistência Social Integrada	3231.00	11.101	465.000.000
<b>T O T A L</b>				<b>670.000.000</b>

III- A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA EUGENIA MARCOS RIO  
Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral CP92/0031249-7

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

602 de 02.06.92- Contratar como Serviços Temporários pelo período de Seis(06)meses, ou seja de 01.06.92 a 27.11.92, os constantes dos anexos, com suas respectivas funções, para atuarem nos municípios e escolas citadas nos anexos.

NOME	PROFº/L/Pleno	Belém
Carlos Alberto Castos Martins	profº/L/Pleno	Belém
André Avelino Loureiro Dutra	" " "	"
Elisângela Lima Primo	" " "	"
Sandra Sugly Moraes Barros	" " "	"
Josefa Idé Tavares de Sousa	" " "	"
Rui Guilherme Barbosa Figueiredo	" " "	"
Ronaldo de Moura Pinheiro	" " "	"
Manoelino dos Santos Filho	" " "	"
Luiz Fernando Amador Solheiro	" " "	"
Renata Vivi	" " "	"
Edson Augusto Nazaré de Almeida	" " "	"
Zuila Mª Pereira dos Santos	" " "	"
Telma do Socorro Correa dos Santos	" " "	"
Sheila Simone dos Santos Miranda	" " "	"
Sérgio Bandeira do Nascimento	" " "	"
Rivaldo Baia Ribeiro	" " "	"
Roberto Carlos Cravo dos Santos	" " "	"
Paulo Roberto Silva dos Santos	" " "	"
Ana Maria Araújo Pinheiro	" " "	"
Marilda Pinheiro Paiva	" " "	"
Luiz Carlos Ferreira Santos	" " "	"
Lilian das Graças P. de C. Campos	" " "	"
Kátia de Jesus Amin Athayde	" " "	"
Jogé Tadeu dª Sousa	" " "	"
João Barbosa da Rocha	" " "	"
Humberto Paiva Brito	" " "	"
Celso da Silva Lima c	" " "	"
Gilmar Lima Vasconcelos	" " "	"
Elizete Rigueiredo de Lima	" " "	"
Elyne Maria Soares Figueira	" " "	"
Dirceu Brito da Silva	" " "	"
Delmiro Borges do Nascimento	" " "	"
Carlos Mário Lima Carvalho	" " "	"
Ana Célia do Nascimento Moraes	" " "	"
Ana Rute Santos Lima	" " "	"
Paulo Roberto Oliveira da Silva	Profº/C/Sup.	"
MILTON Trarbach	" " "	"
Leo Ferreira da Costa	" " "	"
José Cezario Arias de Souza	" " "	"
Anna Terezinha Rodrigues da Rocha	" " "	"
Marcelo Gomes Pinheiro	ESTUDANTE	"
Elson Machado da Silva	" " "	"
Ana Claudia Santos Silva	" " "	"
Domingas Cardoso da Silva	PEDAGÓGICO	"
Paulo Roberto da S. Amaral	ESC.DATILOGRAFO	"
Alice Neves de Queiroz	" " "	"
Betania Bazare S.de Moraes	" " "	"
Weka Sena Fernandes	" " "	"
Jardinez de Oliveira	" " "	"
Maria do Socorro de L. Lobo	" " "	"
Nanci de Fatima da Piedade	" " "	"
Marcia do Socorro A. Barata	MERENDEIRA	"
Sandra Maria do Nascimento	" " "	"

NOME	FUNÇÃO/QUALIF.	MUNICÍPIO
Maria Inocencia O. da Cruz	SERVENTE	"
João Egibelto M. Alves	"	"
Ari de Lima Cardoso	VIGIA	"
Mario Barbosa Machado	"	"
Suelly Farias dos Reis	Prof./Pedag.	Belém
Marly Galdino da Silva	" " "	"
Elaina Costa dos Santos	" " "	"
Onélia Cordeiro Pereira	" " "	"
Renilde da Silva Oliveira	Prof./C/Sup.	"
Joana Coelho Lima Rebelo	" " "	"
Cilga Quenel Silva Lima	Prof./Pedag.	"
Aurora de Jesus Correta Rodrigues	" " "	"
Neide Benedita da Cruz Rodrigues	" " "	"
Izabel Judith de Lacerda Feixoto	" " "	"
João Moreira dos Santos Júnior	" " "	"
Luiz da Silva Viana	Prof./L/Pleno	"
Rita Maria Lobato Cardoso	Prof./L/Pleno	"
Rosilene Gaspar Ayan	" " "	"
Francisco Pereira Damasceno Júnior	" " "	"
Lonika Regina Rebouças de Paula	" " "	"
José Demétrio Dominguez Freire	" " "	"
Marcia Meliana de Souza Lemos	Prof./Estud.	"
Elideusa Piedade Lima	Servente	"
Rosemary Anunciação Sales	" " "	"
Francisca da Silva Alves	" " "	"
Alaide Ferreira Marinho	" " "	"
Maria Herondina Nascimento Sá	" " "	"
Joana Cardoso de Azevedo	" " "	"
Joana dos Santos Costa	" " "	"
Maria Graçiete Araújo da Costa	" " "	"
Jandra Suelly Araújo da Costa	Prof./Pedag.	"
Gregória dos Santos Portal	Servente	"
Rosemeire Souza Trindade	" " "	"
Crocilá Vilhena da Silva	" " "	"
Laurinha Vasques da Silva	" " "	"
Maria Elina de Miranda Braga	" " "	"
Maria de Lazare dos Santos	" " "	"
Mivaldo Cruz da Silva	Prof./L/Plena	"
Luínce Alves Pantoja Eimentel	" " "	"
César Laques dos Santos Fonseca	" " "	"
Celeste da Silva Barbosa	" " "	"
Rosemary Nascimento Barbosa	" " "	"
Raimundo Silvano Silva de Amorim	Prof./C/Sup.	"
Maria da Glória Alexandro de Moraes	Estud.	"
Inês Benevides Ramos	Prof./Estud.	"
Maria Jueli Alfaia Santos	Prof./Estud.	"
Mosa Maria Soares Pinto	Prof./Est.Ad.	"
Dana Lisboa dos Santos	Prof./Pedag.	"
Edson Augusto H. Alcinda	" " "	"
Irida Socorro S.Lemos	" " "	"
Maria Irenilde Oliveira de Jesus	" " "	"
Rosana da Silva Calandrino	" " "	"
Lilianloana Rosário Lima	" " "	"
Mariene Carlinda L. Alves	" " "	"
Ana Luiza C.da Silva	" " "	"
Ana Maria da Silva	" " "	"





Table listing names of individuals and their corresponding professions or roles, such as 'PROF/LIC/CURTA', 'ESC. DATILÓGRAFO', and 'PROF/PEDAGOGICO'.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
CONTRATADO: Luiz Cruz Ramos.
OBJETO: Serviços de confecção de 4 (quatro) sacos para o rampe utilizado no Departamento do Bem Estar Social.
PRAZO: 7 (sete) dias, a partir da data da assinatura do Contrato.

PREÇO GLOBAL: Cr\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil cruzeiros), irrecusável, com a seguinte forma de pagamento: 50% no ato da assinatura do Contrato e o restante no final dos serviços.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.00 - Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
01.01.01.01.001 - Processamento Legislativo do Estado do Pará.
3.0.0.0 - Despesas Correntes.
3.1.0.0 - Despesas de Custeio.
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.
Belém, 23 de junho de 1992.
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Contratante
LUIZ CRUZ RAMOS
Contratado CP92/0031241-1

PORTARIA Nº 253/92 - GP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais.
RESOLVE:
Constituir Comissão de Inquérito Administrativo integrada pelos funcionários: Antônio Amílcar de Vasconcelos Pereira, Consultor, Ana Lúcia Jacó Ramos, Assistente Legislativo e Geraldo Rocha Cavaleiro de Macêdo Pereira Filho, Assessor Técnico, para, sob a Presidência do primeiro, em Processo Administrativo, regular, nas formas e no prazo legal de 60 (sessenta) dias para apurar o abandono de cargo praticado pela funcionária Sandra do Socorro dos Santos Soares, ocupante do cargo efetivo de Assistente Legislativo "A"-PLAL-051, lotada no Cerimonial.
Cumpra-se, registre-se e publique-se.
Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em 22 de junho de 1992.
Deputado RONALDO PASSARINHO
Presidente
Deputado JOSÉ ALFREDO HAGE
1º Secretário
Deputado WALDOLI VALENTE
2º Secretário CP92/0031233-0

AÇÃO SOCIAL INTEGRADA DO PALÁCIO DO GOVERNO

PORTARIA Nº 043/92
BELÉM, 08 DE JUNHO DE 1992
A Presidente da Ação Social Integrada do Palácio do Governo - ASIPAG usando de suas atribuições legais,
RESOLVE:
- Conceder Suprimento de Fundos no valor de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros), ao servidor RONILDO BARROS, Identidade nº 1026441 SEGUP/PA, para atender despesas de pronto pagamento no elemento de despesa 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.
- O prazo de utilização do Suprimento de Fundos, será de 30 (Trinta) dias a contar da data do recebimento.
- O prazo para encaminhamento da Prestação de Contas é de 10 (Dez) dias, após o período de aplicação; sujeitando-se à Tomada de Contas, se não o fizer no prazo determinado.
Dê-se Ciência, publique-se e cumpra-se
ELCIONE THEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO
Presidente da ASIPAG. CP92/0031225-0

PORTARIA Nº 046/92
BELÉM, 20 DE JUNHO DE 1992
A Presidente da Ação Social Integrada do Palácio do Governo - ASIPAG usando de suas atribuições legais,
RESOLVE:
- Conceder Suprimento de Fundos no valor de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros), a servidora Maria de Fátima Dias Melo, Identidade nº 2429178, para atender despesas de Pronto Pagamento no elemento de despesas 3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS, junto ao Plano Social desta ASIPAG.
- O prazo de utilização do Suprimento de Fundos, será de 30 (Trinta) dias a contar da data do recebimento.
- O prazo para encaminhamento da Prestação de Contas é de 10 (Dez) dias, após o período de aplicação; sujeitando-se à Tomada de Contas, se não o fizer no prazo determinado.
Dê-se Ciência, publique-se e cumpra-se
ELCIONE THEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO
Presidente da ASIPAG. CP92/0031209-8

PORTARIA Nº 047/92
BELÉM, 17 DE JUNHO DE 1992
A Presidente da Ação Social Integrada do Palácio do Governo - ASIPAG usando de suas atribuições legais,
RESOLVE:
- Conceder Suprimento de Fundos no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros), a servidora Claudomira Cunha de Souza, Ct: 1148071 SSP/PA, para atender despesas de pronto pagamento no elemento de despesas 3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS, junto à Diretoria Administrativa desta ASIPAG.
- O prazo de utilização do Suprimento de Fundos, será de 30 (Trinta) dias a contar da data do recebimento.
- O prazo para encaminhamento da Prestação de Contas é de 10 (Dez) dias, após o período de aplicação; sujeitando-se à Tomada de Contas, se não o fizer no prazo determinado.
Dê-se Ciência, publique-se e cumpra-se
ELCIONE THEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO
Presidente da ASIPAG. CP92/0030885-4

COMPANHIA FLORESTAL MONTE DOURADO - C.G.C. Nº 04.815.734/0001-80 - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15.06.92. Nesta data, às 15:00 horas, na sede social, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, sob a direção do Presidente do Conselho de Administração, Sr. ALBERTO VOLINSKY e tendo a mim, EDUARDO NETTO ALVES BARRETO como Secretário, os acionistas da Companhia, representando mais de dois terços do capital votante, após exame dos itens da ordem do dia, constantes da convocação publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, e no Jornal Diário do Pará, nos dias 09/06/92, 10/06/92 e 11/06/92, deliberaram por unanimidade:

ABERTURA DO CAPITAL SOCIAL, mediante a oferta pública de 3.000 (três mil) debêntures de emissão da COMPANHIA FLORESTAL MONTE DOURADO, mediante a intervenção de instituição financeira, com as seguintes características: Registro: A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nºs. 6.385 de 07/12/76, 6.404 de 15/12/76 e as demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes. Será procedida a inscrição da escritura da emissão no Registro de Imóveis no lugar da sede da empresa. Emissão: a emissão de debêntures observará as seguintes características: 1) MONTANTE TOTAL DA EMISSÃO: Cr\$ 3.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros); 2) QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO: Serão emitidas 3.000 (três mil) debêntures simples. As debêntures terão o valor nominal unitário de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros); 3) SÉRIES: emissão será em uma única série; 4) DATA DE EMISSÃO: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01/07/92; 5) PRAZO E DATA DE VENCIMENTO: As debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos, vencendo-se em 01/07/2002; 6) FORMA, TIPO: As debêntures serão nominativas, intransferíveis em ações; 7) ESPÉCIE: As debêntures serão de espécie com garantia fluviométrica; 8) PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO: Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição das debêntures, conforme referido no artigo 33, da Instrução CVM nº 13/80, fazendo as Instituições participantes da presente emissão, a colocação de seus lotes mediante atendimento a seus clientes, preferencialmente, incexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos; 9) ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: As debêntures desta emissão terão o seu valor atualizado a partir da data de emissão, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, índice Geral de Preços de Mercado, calculado pelo IBRE/FGV, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Nas hipóteses de extinção ou congelamento do IGP-M, ou por qualquer motivo se tornar impossível a sua utilização como índice, de atualização monetária de títulos privados, as debêntures desta emissão tornar-se-ão automaticamente indexadas, a partir daquele evento, pela variação acumulada do IGP-DI (índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) calculada pelo IBRE/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro), ou do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) observada a ordem estabelecida. 10) DA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam o interesse dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos nos jornais: Jornal do Comércio do Rio de Janeiro e no Diário do Pará, de Belém (Pa), em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture; 11) DO PREÇO DE SUBSCRIÇÃO: Para os efeitos desta emissão de debêntures, o preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal unitário, atualizado monetariamente até o dia da subscrição, conforme previsto no item 9, deste Instrumento, que trata da atualização monetária, acrescido dos rendimentos devidos, juros e prêmios, se houver, calculados exponencialmente por dias decorridos, desde a data da emissão ou, conforme o caso, do último vencimento de rendimentos, até o dia da subscrição. Caso a subscrição não ocorra no 1º (primeiro) dia do mês, será utilizada a variação "prorata-temporis" do IGP-M do mês anterior; 12) FORMA DE PAGAMENTO: As debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição; 12.1) NEGOCIAÇÕES: Visando facilitar a negociação das debêntures, a EMITENTE poderá registrar essa emissão para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pelo CETIP; 13) DO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES: O pagamento das obrigações das debêntures, por parte da EMITENTE, se dará mediante as seguintes condições e características: 13.1) PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia que não houver expediente comercial ou bancário, ou se nenhum acréscimo aos valores a serem pagos; 13.2) MORA E MULTA CONVENCIONAL: Ocorrendo impropriedade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos além de rendimentos, prêmios e correção monetária na forma estabelecida neste Instrumento, a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial; 14) RESGATE ANTECIPADO: A EMITENTE reservar-se-á o direito de, a qualquer tempo, porém sempre no primeiro dia útil de cada mês, resgatar as debêntures pelo seu valor nominal atualizado, acrescido dos rendimentos e prêmios, "prorata-temporis", neste último caso mediante sorteio. O sorteio para resgate parcial será precedido de aviso publicado com antecedência de 30 (trinta) dias, no mínimo, nos jornais mencionados no item 10 (dez) anterior; 15) DATA DO INÍCIO DE PRÊMIO: As debêntures farão jus a prêmio a partir da data de início de distribuição, a ser definido no anúncio de distribuição; 16) JUROS REMUNERATÓRIOS: No período que anteceder a primeira repactuação, a partir da data de início de distribuição, até a data da primeira repactuação, desde já definida que ocorrerá em 01/07/93, as debêntures farão jus a juros remuneratórios, aqui também denominados de rendimentos, a serem pagos em 01.07.93, à razão de 12% (doze por cento) ao ano, calculáveis exponencialmente, por dias decorridos, sobre o valor nominal atualizado monetariamente, conforme previsto no item 9 desta cláusula. Nos demais períodos de repactuação, o Conselho de Administração se reunirá previamente e deliberará sobre os juros que vigorarão nos demais períodos de incidência, assim como a época de seus vencimentos; 17) PRÊMIO: A EMITENTE pagará aos debenturistas, prêmio que vise adequar a rentabilidade dos títulos às taxas praticadas pelo Mercado Financeiro, observados os interesses da Companhia Emitente. Caberá ao Conselho de Administração da Emitente deliberar sobre as épocas de pagamento dos prêmios, bem como as condições de pagamento. Fica desde já definido que, a partir da data de início de distribuição, até a data da primeira repactuação, a EMITENTE pagará um prêmio que será equivalente à diferença positiva, na data da primeira repactuação, 01/07/93, que será obtida de acordo com a seguinte fórmula: P = (VN1 x F) - (VN2 + J); Onde: P - é o valor do prêmio a ser pago por debênture, se positivo, expresso em cruzeiros; VN1 - é o valor nominal unitário da debênture na data de início de distribuição; VN2 - é o valor nominal unitário da debênture atualizado para a data da primeira repactuação, isto é, 01/07/93; J - é o valor dos juros de cada debênture, apurado no período compreendido entre a data de início de distribuição e a data da primeira repactuação. Ele será igual ao valor acumulado do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE-FGV da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, no período compreendido entre a data de subscrição e a data do pagamento do prêmio, ou seja 01/07/93, acrescido e o valor nominal unitário da debênture atualizado para a data da primeira repactuação, isto é, 01/07/93, multiplicado pela taxa de 28% (vinte e oito por cento) ao ano, descapitalizada para cada período. Na hipótese de extinção ou congelamento do IGP-M, ou por qualquer motivo se tornar impossível a sua utilização como parâmetro para remuneração de títulos privados, o F - Fator de Atuação do Prêmio por Debênture, desta emissão, passará a ser igual, a partir dos eventos acima mencionados, ao valor acumulado do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) calculado pelo IBRE/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro), ou ao valor acumulado do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), observada a ordem ora estabelecida, também acrescido cumulativamente da taxa de 28% (vinte e oito por cento) ao ano descapitalizada para cada período. Se necessário será adotado, inclusive, na metodologia de cálculo, o sistema pró-rata-temporis. Na eventualidade do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado, ou do seu



selho de Administração, os administradores poderão participar do resultado do exercício.

Art. 31 - O lucro do exercício terá, obrigatoriamente, a seguinte destinação:

I - 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

II - Pagamento do dividendo obrigatório, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

III - Atribuir-se-á a reserva para investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido, do exercício, com o fim de formar capital de giro e permitir novos investimentos na expansão de suas atividades.

IV - O lucro remanescente que não for destinado à formação de reservas estatutárias nem retido nos termos do artigo 196 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será distribuído como dividendo.

Art. 32 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, levantar balanços trimestrais e distribuir dividendos, observado o disposto no parágrafo 1º do Artigo 204 da Lei 6.404/76.

Art. 33 - Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ainda, ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

CAPÍTULO VII

LIQUIDAÇÃO

Art. 34 - A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo único - Compete à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante que deverá funcionar durante o período da liquidação, fixando-lhe a remuneração.

Junta Comercial do Estado do Pará. Certidão. Certifico que este documento foi arquivado sob número e data apostos mecanicamente. JUCEPA 494,0 - JUNHO 24/1992. Alfredo Ferreira Coelho, Secretário Geral.

(Fat. nº 10.009957, Reg. nº 10.009957, Dia: 25/06/92)

**UNCÁRIA S.A.**

CVC Nº. 04.657.839/0001-58

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da UNCÁRIA S.A. para se reunirem, em sua sede social, na Rod. BR-316, Km 20 (parte), Benevides, Estado do Pará, no dia 02 de julho de 1992, às 09:00 horas em primeira convocação. E às 10:00 horas em segunda convocação, se necessária, em Assembléia Geral Extraordinária para deliberarem sobre a eleição de um novo membro do Conselho de Administração em substituição ao Conselheiro Dr. Andreas Karl Daniel Heuster, que está se desligando da Empresa.

Benevides, 23 de junho de 1992.  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Fat. nº 10.009959, Reg. nº 10.009959, Dia: 25/06/92)

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ**

A Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará IPASEP, Usando de suas atribuições legais, E

Considerando o disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 07/91; / Considerando os princípios constitucionais da isonomia, legalidade impessoalidade, normalidade e publicidade.

Considerando a necessidade de contratação de pessoal temporário para atender os casos de excepcional interesse público e ocasionado/por insuficiência de pessoal para executar serviços na áreas médico-odontológica e de previdência;

Resolve.

I - Contratar os servidores abaixo relacionados, de acordo com o estabelecido pelos artigos 1º e 2º da Lei / Complementar nº 07/91.

CONTRATANTE - IPASEP  
PRAZO - 20.06.92 a 20.12.92  
SALÁRIO -  
CARGO -  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1320215070214. 078 3111. 00 52.101  
VIGIA - 230.000,00

- 01 - MANOEL PORFÍRIO FILHO
- 02 - JOAQUIM BATISTA PAES
- 03 - RAIMUNDO FELIZARDO DA SILVA
- 04 - DINAMÉRICO RODRIGUES
- 05 - ANTONIO NARDÍCIO DA SILVA
- 06 - SALVINO CRUZ MEDRADO
- 07 - VALDECI MOTA DOS SANTOS

AGENTE DE SAÚDE - 234.471,11

01 - WALDA HELENA DE PÓUA

TÉCNICO - 340.626,16

- 01 - MÁRIO LUCIANO JORDÃO DE BARROS
- 02 - IGNEZ HELENA RAMOS DE MESQUITA
- 03 - JOSÉ ALBERTO C. MEDEIROS
- 04 - WALBER RIBEIRO DOS SANTOS
- 05 - MARIA LUCINETE F. CAVALCANTE

AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO - 234.471,11

- 01 - LUIZA SARAIVÁ SOUZA
- 02 - MARIA PEREIRA DA SILVA
- 03 - MARIA RAIMUNDA DE OLIVEIRA MOREIRA
- 04 - GENILDA OLIVEIRA MARQUES

Atenciosamente,  
[Assinatura]

VISTO:

Ass. Jurídica  
Div. de Administração de Pessoal  
[Assinatura]

CP92/0031115-6

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 17 de Junho de 1992, tomou a seguinte decisão:

RESOLUÇÃO Nº 12.448 (Processo nº 92/51165-6)

RESOLVE, unanimemente:

Aprovar o incluso Parecer Prévio às contas dos Excelentíssimos Senhores Governadores, Doutores HELIO MOTA GUEIROS (período de 18 de Janeiro a 14 de Março) e JADER FONTENELLE BARBALHO (período de 15 de Março a 31 de Dezembro), relativas ao exercício financeiro de 1991.

CP92/0031201-2

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA - Nº068/92

A Doutora MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO, Juíza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO JOÃO DIOGO FARIAS SALAZAR, em lugar incerto e não sabido, executado nos autos de Processo nº13UCJ-0167/92, em que é exequente ANTONIO PINHEIRO DE ARAUJO, para pagar em 48(quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de Cr\$-735.170,76(SETECENTOS E TRINTA E CINCO MIL, CENTO E SETENTA CRUZEIROS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), referente a principal corrigida, juros de mora, FGTS, multa FGTS 40% e custas devidas nos termos da decisão proferida no dia 06.03.92.

**RESUMO DO CÁLCULO:**

Principal corrigido: Cr\$-654.751,34  
Juros de mora:.....Cr\$- 17.896,56  
FGTS:.....Cr\$- 29.917,72  
Multa FGTS 40%:.....Cr\$- 11.967,09  
Custas:.....Cr\$- 20.638,05  
TOTAL Cr\$-735.170,76

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, será procedida a penhora em tantos bens quanto bastem para integral pagamento da dívida.

E, para chegar ao conhecimento do interessado, é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na Sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, nº750 - 3º bloco - 2º andar.

DADO e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos doze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e dois. Eu, (Marcia Mª B. de M. Amaral), Auxiliar Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Raimundo Nonato da Silva), Diretor de Secretaria, subscrevi. \* \* \* \* \*

A J U I Z A:  
[Assinatura]  
MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO  
Juíza do Trabalho Substituta,  
no exercício da Presidência da 1ª JUCJ-Belém  
(G.Reg.41.826)

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Pelo presente EDITAL, indo por mim assinado, fica o Sr. EMÍDIO FORMIGOSA, arrematante " nos autos do Processo Nº 2ªJUCJ-0902/90, em que são partes, JOÃO PEREIRA BARROS, reclamante e NOR-TEXTIL-IND. E COM. DO NORTE LTDA. reclamada, NOTIFICADO a comparecer na Secretaria da Junta para assinar e receber o Auto de Arrematação do bem por ele arrematado nos autos supra. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois. Eu, [Assinatura], lavrei o presente. [Assinatura], subscrevi. Diretor de Secretaria da Junta JUCJ de Belém

JOSÉ AUGUSTO FIGUEIREDO APELONSO  
JUIZ DO TRABALHO PRESIDENTE  
DA 2ª JUCJ DE BELÉM

(G.Reg.41.882)





# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

0581

CADERNO 2

ANO CI - 102º DA REPÚBLICA - Nº 27.247

BELÉM - QUINTA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 1992

## SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

### ERRATA

Extrato do Contrato de Veículo celebrado entre a SEFA e a Empresa Auto Locadora Tagide Ltda. Publicado no D.O.E. nº. 27.242 no dia 17.06.92 Onde se lê: 07.06.92 Leia-se: 07.06.93

CP92/0031131-8

### CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO 1ª CÂMARA PERMANENTE

#### ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Primeira Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado do Pará, designou o dia 01.07.92, para julgamento do Recurso abaixo mencionado:

**RECURSO Nº 786** - Voluntário, em que é recorrente RAIMUNDO E. CORREA, e recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual - 16ª Região Fiscal - Icoaraci.

Secretaria da Primeira Câmara permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, em 23.06.92.

**MARIA TEREZA CABEÇA BRAZ**  
Secretária em exercício

CP92/0031139-3

### RESUMO DE PORTARIA DO GABINETE DO SECRETÁRIO

**PORT. Nº 546 de 22.06.92** - DISPENSAR da função de Chefe do Núcleo Regional de Treinamento da 9ª Região Fiscal, símbolo FG-2, **MARIA ESTEFÂNIA FARIAS MARQUES**, Auxiliar Técnico. CP92/0031147-4  
**PORT. Nº 547 de 22.06.92** - DESIGNAR, **JOÃO SÉRGIO DE ARAÚJO NASCIMENTO**, Datilógrafo, para substituir a Secretária da Diretoria Geral de Administração, símbolo FG-3, no período de 01 a 30.07.92, em virtude da titular encontrar-se em gozo de férias regulamentares. CP92/0031155-5  
**PORT. Nº 548 de 22.06.92** - REMOVER, da 14ª Região Fiscal, para a DGA/DAR-Depto. de Administração Regional, **JORGE EDUARDO RODRIGUES ALVES**, Auxiliar Técnico. CP92/0031140-7  
**PORT. Nº 559 de 23.06.92** - REMOVER, da 9ª Região para o Órgão Central, **MARIA AMÉLIA TELXEIRA RODRIGUES**, Agente Tributário. CP92/0031148-2  
**PORT. Nº 560 de 23.06.92** - REMOVER, a pedido, da 10ª para a 1ª Região fiscal, **JOSIRO DOS ANJOS CARDO SO NETO**, Agente auxiliar de Fiscalização. CP92/0031156-3

**PORT. Nº 561 de 23.06.92** - Designar, **RAIMUNDO AUGUSTO CARDOSO DE MIRANDA**, Agente Auxiliar de Fiscalização, para substituir a Chefe da Assistência Técnica da 9ª Região Fiscal, símbolo FG-3, em suas faltas e impedimentos. CP92/0031163-6

**PORT. Nº 562 de 23.06.92** - DISPENSAR da função de Chefe da Seção de Arrecadação e controle de Crédito Tributário da 9ª Região fiscal, símbolo FG-2, **TEREZINHA DE JESUS DA SILVA NAVEGANTES**, Agente Tributário. CP92/0031164-4

**PORT. Nº 563 de 23.06.92** - Designar, **TEREZINHA DE JESUS DA SILVA NAVEGANTES**, Agente Tributário, para substituir a Chefe da divisão Regional de Informações Econômico-Fiscais/9ª Região Fiscal, símbolo FG-3, em suas faltas e impedimentos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, em 22 de junho de 1992.

**ROBERTO DA COSTA FERREIRA**  
Secretário de Estado da Fazenda

CP92/0031171-7

### CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO 2ª CÂMARA PERMANENTE

#### ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, designou o dia 07/07 para julgamento do Recurso abaixo mencionado:

**RECURSO Nº 769** - "Ex-Ofício" e voluntário em que é recorrente e recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual - 1ª Região Fiscal-Belém e recorrente M.M

Materiais de construções Ltda. Inscrição Estadual nº 15.103.199-1, sendo relator o conselheiro WALDIR HUGO DOS SANTOS.

Secretaria da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, 23.06.92.

**ODETE DE SOUZA CARDOSO**

Secretária da 2ª Câmara Permanente

CP92/0031172-5

### CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO 2ª CÂMARA PERMANENTE

#### ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, designou o dia 14/07, para julgamento do Recurso abaixo mencionado:

**RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 781** - em que é recorrente **SOCÔCO S/A. AGROINDUSTRIAL DA AMAZÔNIA**. Inscrição Estadual nº 15.132.643-9 e recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual - 9ª Região Fiscal, sendo relator o conselheiro ANTONIO KLINGER DE SOUZA.

Secretaria da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, 23.06.92.

**ODETE DE SOUZA CARDOSO**

Secretária da 2ª Câmara Permanente

CP92/0031179-2

### CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO 2ª CÂMARA PERMANENTE

#### ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, designou o dia 07/07 para julgamento do Recurso abaixo mencionado:

**RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 805** - em que é recorrente **CAPRI MODAS LTDA**, Inscrição Estadual nº 15.106.144-0 e recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual - 1ª Região fiscal - Belém, sendo relator o conselheiro DEOCLECIO GADELHA BARBOSA.

Secretaria da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, 23.06.92.

**ODETE DE SOUZA CARDOSO**

Secretária da 2ª Câmara Permanente

CP92/0031187-3

(Fat. nº 10.009963, Reg. nº 10.009963, Dia: 25/06/92)

## SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA COM A INTERVENIÊNCIA DO SERVIÇO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE/INAMPS/ MS E O HOSPITAL NOSSA SENHORA DE NAZARÉ LTDA.

**OBJETO-CLÁUSULA PRIMEIRA-** O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO, PELO CONTRATADO, DE SEUS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES A SEREM PRESTADOS A QUALQUER INDIVÍDUO, QUE DELES NECESSITE, DENTRO DOS LIMITES ABAIXO FIXADOS:  
**I- INTERNAÇÕES HOSPITALARES:** ATÉ 61 (SESSENTA E UM) LEITOS, INTERNAÇÕES MENSALIS.  
**DO PREÇO-CLÁUSULA TERCEIRA-** O CONTRATANTE PAGARÁ AO CONTRATADO, MENSALMENTE, PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, OS VALORES ABAIXO ESTIMADOS, COM BASE NA TABELA DE REMUNERAÇÃO DO SNAS/MS, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: \* INTERNAÇÃO NOS

PITALAR- 310 (TREZENTOS E DEZ) QUE IMPORTARÁ EM R\$153.013.588,20 (CENTO E CINQUENTA E TRÊS MILHÕES, TREZE MIL, QUINHENTOS E OITENTA E OITO CRUZEIROS E VINTE CENTAVOS) A CUSTO MÉDIO NO VALOR DE R\$493.592,22 (QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS CRUZEIROS E VINTE E DOIS CENTAVOS), REFERENTE AO MÊS DE ABRIL/92, INFORMADO PELA COORDENADORIA DE SISTEMA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR DE DIREÇÃO GERAL DO INAMPS/MS, DEVENDO SOFRER REAJUSTES ATRAVÉS DAS  
CP92/0031195-4

PORTARIAS MINISTERIAIS SNAS/MS, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO:  
**REAJUSTE-CLÁUSULA QUINTA-** OS VALORES ESTIPULADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA SERÃO REAJUSTADOS NA MESMA PROPORÇÃO, ÍNDICES E ÉPOCAS DOS REAJUSTES CONCEDIDOS PELO SNAS/MS.

**VIGÊNCIA-CLÁUSULA SEXTA-** A DURAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO É DE 1 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, PODENDO SER PRORROGADO MEDIANTE TERMO ADITIVO, POR IGUAIS PERÍODOS.

**RESCISÃO-** CONSTITUEM MOTIVO DE RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO O NÃO CUMPRIMENTO DE QUALQUER DE SUAS CLÁUSULAS.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA-** O PRESENTE CONTRATO RESCINDE TODOS OS DEMAIS CONTRATOS E CONVÊNIOS CELEBRADOS ENTRE O INAMPS E/OU ESTADO - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, E O CONTRATADO. DOS RECURSOS FINANCIEROS-CLÁUSULA VIGÉSIMA- AS DESPESAS COM AIH ONERAM RECURSOS PREVISTOS NOS TERMOS ADITIVOS AO CONVÊNIO SUS.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA-** FICA ELEITO O FORO DA CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ.

BELÉM-PA, 24 DE JUNHO DE 1992

**ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA**  
Secretário de Estado de Saúde Pública

**ALDEMAR LOBATO DA SILVA**  
CONTRATADO

**EDUARDO RUY CHAVES**  
COORDENADOR REGIONAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONTROLE DO INAMPS.  
INTERVENIENTE

CP92/0031180-6

PORTARIA Nº 82 DE 22 JUNHO DE 1992.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

DESIGNAR AS SERVIDORAS MARY DA ROCHA FORTE, MÉDICA, MATRÍCULA Nº 0115517-10, MARIA PEDROSINA FILO CREÃO GARCIA, MÉDICA, MATRÍCULA Nº 0093270-10 E MARIA DO CARMO DA COSTA VAZ, ASSISTENTE SOCIAL, MATRÍCULA Nº 0097703-10, PARA COMPORER COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, SOB A PRESIDÊNCIA DA PRIMEIRA, A FIM DE APURAR O ENUNCIADO NO OFÍCIO 087/91, NO HOSPITAL DE CLÍNICAS "GASPAR VIANA", EM TUDO OBEDECENDO O ARTIGO 194 E SEQUINTE DA LEI 749/53.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 22 DE JUNHO DE 1992.

**ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA**  
Secretário de Estado de Saúde Pública

CP92/0031188-1

PORTARIA Nº 88 DE 24 DE JUNHO DE 1992

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, E, CONSIDERANDO OS TERMOS DO OF. Nº 03/92 - C.I.A.

RESOLVE:

PRORROGAR, DE ACORDO COM ART. 198 DA LEI 749 / 53, A PARTIR DE 27 DE ABRIL DE 1992, POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTAURADO PELO PORTARIA Nº 44 DE 15.04.1992, PUBLICADA NO D.O.E. Nº 27.206/92.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 24 DE JUNHO DE 1992

**PAULO EDSON FURTADO PEREIRA DE SOUZA**  
Secretário de Estado de Saúde Pública, em exercício.

CP92/0031196-2

PORTARIA Nº 0644/19.06.1992.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE DIREITOS E VANTAGENS, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas através da Port. 469/22.04.91,

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, aos servidores desta SESPA, abaixo relacionados referente aos meses de JULHO/92, ex:92

NIVEL CENTRAL

5112770-019 ANA CRISTINA GOMES NASCIMENTO  
5176239-011 AUGUSTO DA COSTA CORDA  
0081361-014 ANA MARIA CALANDRINE DO CORRAL



















voca os senhores convencionais (Membros do Diretório Regional, Delegados eleitos nas Convenções Municipais, Deputados Federais e Deputados Estaduais), para a Convenção Regional a realizar-se no dia 12 do mês de julho do corrente ano de 1992, nesta capital, no local e endereço abaixo indicados, iniciando-se às 09:00 hs da manhã e prolongando-se pelo tempo necessário à votação dos convencionais que chegarem ao recinto até às 17:00 hs.

Local: Assembleia Legislativa
Endereço: Rua do Aveiro, 130
Praça D. Pedro II
Cidade Velha - Belém-PA.
Pauta de deliberações:
a. Eleição dos membros titulares e suplentes do Diretório Regional
b. Eleição dos delegados titulares e suplentes à Convenção Nacional

c. Eleição dos membros da Comissão de Ética.
Belém (PA), 24 de junho de 1992.
VALDIR GANZER
Presidente da Comissão Executiva Estadual - PT/Pará
(G. REG. Nº 41913)

S.A. BRAGANTINA DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
C/C 04.922.357/0001-88

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1992

Com a presença de acionistas que representavam a totalidade do capital social e dos diretores da Companhia, instalou-se, em 28 de abril de 1992, às 17 horas, na sede social, à Travessa Dom Romaldo Coelho 722, nesta cidade, a Assembleia Geral Ordinária da S.A. Bragantina de Importação e Exportação, presidida pelo Sr. Carlos Pires Oliveira Dias e secretariada pelo Sr. José Reis de Oliveira Lima, para tratar dos assuntos constantes da ordem do dia.

ORDEM DO DIA: (a) apreciar as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.91; (b) aprovar a correção da expressão monetária do capital social; (c) eleger a Diretoria; (d) fixar a remuneração dos administradores no exercício.

DELIBERAÇÕES: Por unanimidade e com as abstenções legais, a Assembleia Geral tomou as seguintes deliberações: 1ª - Aprovou sem restrições as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.91 - documentos estes publicados no Diário Oficial do Estado do Pará e no jornal "A Província do Pará" do dia 24 de abril de 1992.

2ª - Aprovou a correção da expressão monetária do capital social de Cr\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de cruzeiros) para Cr\$ 702.400.000,00 (setecentos e dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros), mediante capitalização da parte da reserva de correção monetária do capital realizado, permanecendo na referida conta um saldo de Cr\$ 22.975,20 (vinte e dois mil, novecentos e setenta e cinco cruzeiros e vinte centavos). Em consequência, o "caput" do Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de Cr\$ 702.400.000,00 (setecentos e dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros), todo integralizado, dividido em 8.900.000 (oito milhões e novecentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, que podem ser representadas por títulos múltiplos." 3ª - Reeleger, com mandato de um ano, o Diretor Rolando Ernesto Magli, residente em São Paulo, à Alameda Ministro Rocha Azevedo 876, ap. 2, RG-SP 2.821.903, CPF 535.705.888-15, e o Diretor José Reis de Oliveira Lima, residente em São Paulo, à Rua Nazare Paulista 555, RG-SP 2.996.032, CPF 033.949.808-00; ambos brasileiros, casados, econômicas. 4ª - Aprovou proposta da acionista Companhia Juvense Industrial, rubricada pela Mesa e arquivada na Companhia, relativa à remuneração da Diretoria no exercício corrente.

Belém, 28 de abril de 1992
ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA ORIGINAL

Carlos Pires Oliveira Dias José Reis de Oliveira Lima
Presidente da Mesa Secretário

A original encontra-se arquivada na JUCEPA sob nº 4714 em 16.06.92 - Alfredo Ferreira Coelho - Secretário Geral.

(Fat. nº 10.009951, Reg. nº 10.009951, Dia: 25/06/92)

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: I- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB/PA
II- FIRMA CONSTRUTORA LEAL JÚNIOR LTDA

OBJETO: A CONTRATADA se obriga a colocar a disposição e sob administração direta da CONTRATANTE, prestação de serviços com locação dos equipamentos rodoviários e respectiva mão-de-obra especializada para utilização nas áreas do projeto URBANIZAR I e II, e demais áreas dessa propriedade da Região Metropolitana da grande Belém.

VALOR: Cr\$-870.751.376,00
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias
DATA DA ASSINATURA: 15 de junho de 1992
ASSINADO POR:
p/COHAB: JOSÉ CEZÁRIO MENEZES DE BARROS
JOSÉ MARIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO
p/FIRMA: ALCIDEMAR GUIMARÃES LEAL
TESTEMUNHAS: NILSON CEZAR DE HOLANDA
MARIA DE LOURDES CRAVO
CP92/0031049-4

(Fat. nº 10.009947, Reg. nº 10.009947, Dia: 25/06/92)

ECONTEC MADEIREIRA ACRE S/A - MADEACRE - CGC 15.315.054/0001-13 - Extrato da Ata de ADI realizada em 30 de abril de 1992. Matérias aprovadas: a) Demonstrações Financeiras/92; b) Correção Monetária do Capital. Ata arquivada na JUCEPA em 19/06/92, nº 402.0 - Alfredo Coelho - Secretário Geral.

(Fat. nº 10.009964, Reg. nº 10.009964, Dia: 25/06/92)

AGROPECUÁRIA BEBEDOURO S/A - CGC/MF Nº 04.987.376/0001-92. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do Exercício encerrado em 31.12.91, acompanhadas das notas explicativas. Colocamos-nos à disposição de Vossas Senhorias, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém (PA), 31 de Dezembro de 1991. a) A ADMINISTRAÇÃO.

Table with columns for BALANÇO PATRIMONIAL (1989, 1990, 1991) and PASSIVO (1989, 1990, 1991). Rows include ATIVO CIRCULANTE, DISPONÍVEL, PERMANENTE, and TOTAL DO ATIVO.

Table with columns for DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO DIFERIDO (1989, 1991) and DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES (1989, 1991). Rows include Discriminação, Saldo do Exercício, Estudos e Projetos, Gastos de Implantação, Correção Monetária, Resultado da C.M., and TOTAL.

Table with columns for DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES DO CAP. CIRC. LÍQUIDO (1989, 1991) and DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES DO CAP. CIRC. LÍQUIDO (1989, 1991). Rows include Discriminação, Ativo Circulante, Passivo Circulante, Cap. Circ. Líquido, and TOTAL.

NOTAS EXPLICATIVAS: a) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras foram elaborados em obediência às disposições legais constantes da Lei 6404 de 15.12.76; b) O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido foram corrigidos mediante coeficiente das FAP's com correção direta dos saldos das contas em 31.12.91 e diferença IPC/BTNF exercício/90 conforme preceitua a lei 8.200; c) As despesas foram contabilizadas segundo o regime de competência; d) O Capital Social, na data do Balanço, está representado em 35.957.827 Ações, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, sendo em 12.679.645 Ações Ordinárias e 23.278.182 Ações Preferenciais, subscritas e integralizadas; e) O Resultado da CM apresentou saldo devedor igual a Cr\$ 36.011.830,00.

contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: (a) - o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; (b) - a constatação, com bases em testes, das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) - a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; d) - a elaboração da Demonstração do Resultado de implantação, ensejou a não elaboração das demonstrações contábeis acima referidas representando, em nossa opinião, as demonstrações contábeis a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Bebedouro S.A. em 31 de dezembro de 1991, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém (Pa), 19 de maio de 1992. TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAUJO - Contador CRC-PA 2671 - IBRACON - 1800.

(Fat. nº 10.009946, Reg. nº 10.009946, Dia: 25/06/92)

CICRIA - COMPANHIA CRIADORA DA AMAZÔNIA - CGC/MF Nº 04.203.402/0001-44. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras dos exercícios encerrados em 31.12.90 e 31.12.91 acompanhadas das Notas Explicativas. Colocamos-nos à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém (PA), 31 de dezembro de 1991. a) A ADMINISTRAÇÃO.

Table with columns for BALANÇO PATRIMONIAL (1989, 1990, 1991) and PASSIVO (1989, 1990, 1991). Rows include ATIVO CIRCULANTE, DISPONÍVEL, REALIZÁVEL A.C. PRAZO, PERMANENTE, and TOTAL DO ATIVO.

Table with columns for DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO DIFERIDO (1989, 1991) and DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES (1989, 1991). Rows include Discriminação, Saldo do Exercício, Estudos e Projetos, Gastos de Implantação, Correção Monetária, Resultado da C.M., and TOTAL.

Table with columns for DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES DO CAP. CIRC. LÍQUIDO (1989, 1991) and DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES DO CAP. CIRC. LÍQUIDO (1989, 1991). Rows include Discriminação, Ativo Circulante, Passivo Circulante, Cap. Circ. Líquido, and TOTAL.

NOTAS EXPLICATIVAS: a) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras foram elaborados em obediência às disposições legais constantes da Lei 6.404 de 15.12.76; b) O ativo permanente e o patrimônio líquido foram corrigidos mediante coeficiente das FAP's com correção direta dos saldos das contas em 31.12.90 e 31.12.91 e diferença IPC/BTNF exercício/90 conforme preceitua a lei 8.200; c) As despesas foram contabilizadas segundo o regime de competência; d) O capital social na data do Balanço, está representado em 16.149.442 Ações, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, sendo 5.339.101 Ações Ordinárias e 10.810.341 Ações Preferenciais, subscritas e integralizadas; e) O resultado da CM apresentou saldo credor igual a Cr\$ 94.143.418,00.

os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; (b) - a constatação, com bases em testes, das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) - a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; d) - a elaboração da Demonstração do Resultado de implantação, ensejou a não elaboração das demonstrações contábeis acima referidas representando adequadamente, em todos os aspectos contábeis a posição patrimonial e financeiramente em nossa opinião, as demonstrações contábeis a posição patrimonial e financeira da Cicria - Companhia Criadora da Amazônia em 31 de dezembro de 1990 e 1991, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém (Pa), 24 de junho de 1992. Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo - Contador CRC-PA - 2671.

(Fat. nº 10.009969, Reg. nº 10.009969, Dia: 25/06/92)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

RESUMO DE PORTARIAS

PROC. Nº 1725/92-DEFERIDO-PORTARIA Nº 206 de 03.06.92-EX.SEG. FRANCISCO LINHARES DO MONTE -DECISÃO- Atualizar o valor da pensão concedida pela Resolução nº 054 de 19.03.1980, em favor de FRANCISCA ALMEIDA DO MONTE, viúva do ex. segurado deste Instituto. A presente Portaria produzirá seus efeitos a contar de 26.03.92. CP92/0031041-9

PROC. Nº 6789/91-DEFERIDO-PORTARIA Nº 228 de 11.06.92- EX.SEG. MARIA ALEXANDRINA DE SALES.-DECISÃO- Conceder em favor de FRANCISCO DE SOUZA ROLIM, viúvo maior de 70 anos da ex. segurada deste Instituto, a Pensão Mensal inicial no valor de

(Fat. nº 10.009960, Reg. nº 10.009960, Dia: 25/06/92)





cruzeiros e sessenta e um centavos);  
II - Aplicar multa de 02 Valores de Referência Regional (VRR), ao ordenador da despesa, a ser recolhida aos cofres públicos no prazo de 15 (quinze) dias, por haver omissão do Presidente da Câmara na não remessa dos para registro.  
Unanimidade CP92/0030959-3 de 14.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.082  
Processo nº 910428-17  
Interessada: Maria Lúcia Verstappen  
Origem : FMB/SEDUC  
Assunto : Prestação de Contas de 1990  
Relator : Conselheiro IRAWALDYR ROCHA  
Decisão : Aprovar a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação em favor da Sra. Maria Lúcia Verstappen, como ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Belém, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 1.187.516.710,99 (Um bilhão, cento e oitenta e sete milhões, quinhentos e dezesseis mil, setecentos e dez cruzeiros e noventa e nove centavos), passando um saldo de Cr\$ 2.148.485,95 (Dois milhões, cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco cruzeiros e noventa e cinco centavos), para o exercício de 1991.  
Unanimidade CP92/0030960-7 de 14.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.086  
Processo nº 921735-00  
Origem : FMB/IPMB  
Assunto : Portaria nº GP/323/92, que nomeia Maria Teodora dos Santos, para o cargo de Agente de Conservação e Limpeza, em decorrência de aprovação em Concurso Público.  
Relator : Conselheiro PAULO DOURADO  
Decisão : Registrada.  
Unanimidade CP92/0030952-6 de 14.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.087  
Processo nº 921609-00  
Origem : Prefeitura Municipal de Belém  
Assunto : Decretos que nomeiam servidores aprovados no Concurso Público.  
Relator : Conselheiro LECYR RIODEADES  
Decisão : Registrados.  
Unanimidade CP92/0030944-5 de 14.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.088  
Processo nº 921719-00  
Origem : FMB/FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII  
Assunto : Portarias que nomeiam servidores aprovados no Concurso Público.  
Relator : Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES  
Decisão : Registrados.  
Unanimidade CP92/0030936-4 de 19.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.090  
Processo nº 912179-03  
Interessado: Carlos Augusto Ramos Nascimento  
Origem : Câmara Municipal de Bragança  
Assunto : Prestação de Contas de 1990  
Relator : Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES  
Decisão : Aprovar a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação em favor do Sr. Carlos Augusto Ramos Nascimento, como ordenador de despesas da Câmara Municipal de Bragança, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 25.624.142,38 (Vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, cento e quarenta e seis cruzeiros e trinta e oito centavos).  
Unanimidade CP92/0030928-3 de 21.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.091  
Processo nº 904748-00  
Interessada: Dilza Maria Rodrigues da Silva  
Origem : Ação Social Integrada do Gabinete do Prefeito Municipal de Óbidos - ASIGAP  
Assunto : Prestação de Contas de 1990  
Relator : Conselheiro PAULO DOURADO  
Decisão : Aprovar a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação em favor da Sra. Dilza Maria Rodrigues da Silva, como ordenadora de despesas da Ação Social Integrada do Gabinete do Prefeito Municipal de Óbidos, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 69.941,28 (Seisenta e nove mil, novecentos e quarenta e um cruzeiros e vinte e oito centavos), passando um saldo de Cr\$ 35.155,05 (Trinta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco cruzeiros e cinco centavos), para o exercício de 1991.  
Unanimidade CP92/0030920-8 de 26.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.094  
Processo nº 920624-00  
Interessado: Francisco Lima Pinho  
Origem : Câmara Municipal de Pacajá  
Assunto : Prestação de Contas de 1991  
Relator : Conselheiro IRAWALDYR ROCHA  
Decisão : Aprovar a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação em favor do Sr. Francisco Lima Pinho, como ordenador de despesas da Câmara Municipal de Pacajá, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 61.343.019,89 (Seisenta e um milhões, trezentos e quarenta e três

mil, dezenove cruzeiros e oitenta e nove centavos).  
Unanimidade CP92/0030912-7 de 26.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.095  
Processo nº 910668-00  
Interessado: Raimundo Nogueira Gomes  
Origem : Câmara Municipal de Salinópolis  
Assunto : Prestação de Contas de 1990  
Relator : Conselheiro VICENTE QUEIROZ  
Decisão : Aprovar a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação em favor do Sr. Raimundo Nogueira Gomes, como ordenador de despesas da Câmara Municipal de Salinópolis, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 7.707.520,29 (Sete milhões, setecentos e sete mil, quinhentos e vinte cruzeiros e vinte e nove centavos), passando um saldo de Cr\$ 4.637,58 (Quatro mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros e cinquenta e oito centavos), para o exercício de 1991.  
Unanimidade CP92/0030951-8 de 26.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.097  
Processo nº 921220-00  
Interessado: Adelson Lira Sales  
Origem : FMB/SEMAD  
Assunto : Aposentadoria  
Relator : Conselheiro VICENTE QUEIROZ  
Decisão : Registrada.  
Unanimidade CP92/0030943-7 de 28.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.099  
Processo nº 920451-00  
Interessado: Pedro Corrêa Tavares  
Origem : FMB/SEMAD  
Assunto : Aposentadoria  
Relator : Conselheiro PAULO DOURADO  
Decisão : Registrada.  
Unanimidade CP92/0030950-0 de 28.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.100  
Processo nº 920418-00  
Interessado: Expedito Araújo Costa  
Origem : FMB/SEMAD  
Assunto : Aposentadoria  
Relator : Conselheiro VICENTE QUEIROZ  
Decisão : Registrada.  
Unanimidade CP92/0030942-9 de 28.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.101  
Processo nº 920325-00  
Interessado: Anírio Rodrigues de Souza  
Origem : FMB/SEMAD  
Assunto : Aposentadoria  
Relator : Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES  
Decisão : Registrada.  
Unanimidade CP92/0030935-6 de 28.05.92

ACÓRDÃO Nº 3.102  
Processo nº 921325-00  
Interessado: Irineu da Silva Melo  
Origem : FMB/SEMAD  
Assunto : Aposentadoria  
Relator : Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES  
Decisão : Registrada.  
Unanimidade de 02.06.92

ACÓRDÃO Nº 3.107  
Processo nº 921358-00  
Interessada: Maria Palmira Moura Nunes Brito  
Origem : FMB/SEMAD  
Assunto : Aposentadoria  
Relator : Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES  
Decisão : Registrada.  
Unanimidade de 07.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.940  
Processo nº 913741-00  
Interessada: Maria Zuleide Martins dos Santos  
Origem : Prefeitura Municipal de Pacajá  
Assunto : Prestação de Contas de 1990  
Relator : Conselheiro HAROLDO JULIANO DA GAMA  
Decisão : Parecer Prévio favorável.  
Unanimidade de 14.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.946  
Processo nº 920536-02  
Origem : FMB/SESMA  
Assunto : Contrato nº 002/92, celebrado pela Secretária de Saúde da Prefeitura Municipal de Belém com Serviço norte Serviços Gerais Ltda, tendo por objeto a contratação de serviços especializados de limpeza.  
Relator : Conselheiro VICENTE QUEIROZ  
Decisão : Registrado.  
Unanimidade de 21.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.947  
Processo nº 914280-00  
Interessado: Francisco de Assis Pereira  
Origem : Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará  
Assunto : Prestação de Contas de 1990  
Relator : Conselheiro PAULO DOURADO  
Decisão : I - Aprovar, sem o voto do Auditor José Alexandre Pessoa, convocado em substituição, por ter sido o instrutor do Processo, o Parecer Prévio contrário à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará, referentes ao exercício financeiro de 1990, de responsabilidade do Sr. Francisco de Assis Pereira, face as irregularidades citadas nos autos;  
II - Cópia dos autos deve ser encaminhada à representação do Ministério Público junto ao TCM para as providências legais cabíveis e previstas

nos Artigos 212 da Constituição Federal e 84, III, da Constituição do Estado.  
CP92/0030927-5 de 21.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.948  
Processo nº 913120-01  
Origem : FMB/CTEEL  
Assunto : Contrato de prestação de serviços celebrados entre a Companhia de Transporte do Município de Belém (CTEEL) e Fernando Scaff Advocacia S/C, Sociedade Civil de prestação de serviços advocatícios.  
Relator : Conselheiro PAULO DOURADO  
Decisão : Cadastrado.  
Unanimidade CP92/0030919-4 de 21.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.949  
Processo nº 921094-00  
Origem : Prefeitura Municipal de Inhangapi  
Assunto : Lei nº 013/91, que estima a Receita e fixa despesa pública do Orçamento Geral do Município.  
Relator : Conselheiro IRAWALDYR ROCHA  
Decisão : I - Cadastrada;  
II - Aplicar ao prefeito municipal multa correspondente a 2 Valores de Referência Regional (VRR), pelo atraso na remessa da referida Lei a este Tribunal.  
Unanimidade CP92/0030934-8 de 21.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.950  
Processo nº 912871-00  
Origem : Prefeitura Municipal de Santarém-Novo  
Assunto : Decreto nº 0001/91, que abre Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros).  
Relator : Conselheiro VICENTE QUEIROZ  
Decisão : Mandar juntar o presente processo à respectiva prestação de contas, para análise conjunta.  
Unanimidade CP92/0030926-7 de 26.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.953  
Processo nº 914629-00  
Interessado: Noé Xavier Rodrigues Palheta  
Origem : Prefeitura Municipal de Vigia  
Assunto : Prestação de Contas de 1990  
Relator : Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES  
Decisão : Parecer Prévio favorável.  
Unanimidade CP92/0030918-6 de 26.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.954  
Processo nº 913947-00  
Interessado: Raimundo Carrera Botelho  
Origem : Prefeitura Municipal de Maracanã  
Assunto : Prestação de Contas de 1990  
Relator : Conselheiro VICENTE QUEIROZ  
Decisão : Parecer Prévio favorável.  
Unanimidade CP92/0030911-9 de 26.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.955  
Processo nº 921189-01  
Origem : FMB/FUMBEL  
Assunto : Contrato nº 011/92, celebrado entre a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e Mansur Propaganda Ltda, tendo por objeto a prestação de serviços de sonorização nos desfiles oficiais e bailes populares do carnaval de 1992 em Belém, Icoaraci e Mosqueiro.  
Relator : Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES  
Decisão : I - Cadastrado;  
II - Mandar juntar o presente processo à respectiva prestação de contas da FUMBEL, exercício financeiro de 1992, para análise da devida comprovação.  
Unanimidade CP92/0030910-0 de 26.05.92

RESOLUÇÃO Nº 2.956  
Processo nº 915230-00  
Origem : Câmara Municipal de Curuçá  
Assunto : Ato nº 012/91, que concede gratificação aos servidores daquela Câmara.  
Relator : Conselheiro VICENTE QUEIROZ  
Decisão : Por maioria de votos, vencidos os Exmos. Srs. Conselheiros Relator e Laudelino Pinto Soares, que votaram pelo arquivamento do processo, e Irawaldyr Rocha, que votou pela juntada dos autos ao da respectiva prestação de contas, para análise conjunta.  
(G.Reg.41.914)  
CP92/0030902-0

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**

DE: Secretária da 2ª Turma  
PARA: Imprensa Oficial do Estado do Pará  
PAUTA DE JULGAMENTO  
DIA 29.06.92 - SEGUNDA-FEIRA

01 PROCESSO TRT R EX OFF e RD 557/92  
RECORRENTE/RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
RECORRIDO/RECLAMANTE: ANA LUÍZA REGIS BARRA  
RELATOR (A): Dr. Evandro Costa  
REVISOR (A): Juiz Vicente Fonseca  
ORIGEM (A): Juiz José Teixeira  
8ª J.C.J. Belém

02	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 236/92 MARIA GUIDMAR MARTINS SARAIVA Dr. Eliezer Cabral COMPANHIA AMAZONIA TEXTIL DE ANIAGEM - CATA Dr. Leogônio Gomes Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 7a J CJ Belém	13	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 1224/92 TRANSPORTES MARITUBA LTDA Dr. Raimundo Costa NILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA Dra Maria Lúcia Pimentel Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo 1a J CJ Belém	25	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT R EX OFF 705/92 JOÃO BENTES FARIAS Dr. Antônio Duarte INSTITUTO NACIONAL DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA- AGENCIA NO ESTADO DO PARÁ Dr. João Evangelista Silva Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo 8a J CJ Belém
03	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 837/92 ENGEVIX ENGENHARIA S/A Dr. Alexandre Carvalho TACACHI HATAHAKA e outra Dr. Antônio Carlos Valadão OS MESMOS Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo J CJ Tucuruí	14	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 1186/92 FUNDAÇÃO BRADESCO Dr. Marco Aurélio Buarque JOSÉ SEBASTIÃO DA SILVA SOUZA Dr. Júlio César Alves Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo J CJ Macapá	26	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 457/92 ORLANDO RAMOS LOPES e outros Dra Débora Queiroz UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - 1a COMAR Dr. Edison de Almeida Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira
04	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 436/92 SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI Dr. Fernando Vaz JOÃO CARDOSO e outro Dr. Carlos Zalouth Júnior Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 3a J CJ Belém	15	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 641/92 VALTER SANTANA DA SILVA Dra Maria José Cavalli ENGEPLAN - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira J CJ Abaetetuba	27	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 717/92 OLÍMPIA FERREIRA CRUZ Dra Maria da Paixão Gonçalves INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA Dr. Irsef A. Souza Juiz José Severo Juiz Vicente Fonseca 3a J CJ Belém
05	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 2914/91 BANCO COMERCIAL BANCESA S/A Dr. Claudio de Souza MARIA EDILEUZA ALBUQUERQUE PAES Dr. Jader Nilson Dias Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 1a J CJ Belém	16	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 315/92 BERTILLON-VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALDRES LTDA Dr. Roberto Ferreira MANDEL DE JESUS BARBOSA Dra Vilma Chavaglia OS MESMOS Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira J CJ Abaetetuba	28	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 474/92 SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ Dr. Antônio Pereira FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA Dra Maria Deusdeth Vieira Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 3a J CJ Belém
06	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 942/92 COMPANHIA DOCCAS DO PARÁ Dr. Paulo César Oliveira ANTÔNIO EPITÁCIO BONFIM DE ARAÚJO e outros Dra Paula F. Mattos Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo 7a J CJ Belém	17	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 552/92 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE Dra Ana Luiza Pereira OSVALDO MARTINS DA CONCEIÇÃO Dr. Gilmar R. Caetano Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira J CJ Marabá	29	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 366/92 SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DO PARÁ Dra Maria Lúcia Pimentel SERVICOS GERAIS LTDA Dr. Augusto Manoel Gamboa Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 3a J CJ Belém
07	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 329/92 PINA INTERCÂMBIO COMERCIAL, INDUSTRIAL E PESCA S/A Dr. Haroldo Alves dos Santos IRONEIDE DOS SANTOS ALCANTARA Dra Erliene Lima Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 2a J CJ Belém	18	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 3832/91 COPALA - INDÚSTRIAS REUNIDAS S/A Dr. Deusdedit Brasil MANDEL LUIZ PINON DE ARAÚJO Dr. João José Geraldo Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 5a J CJ Belém	30	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 462/92 SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DE BELÉM DO PARÁ Dr. Maria Lúcia Pimentel FUNTELPA-FUNDAÇÃO TELECOMUNICACÕES DO PARÁ Dra Angela Guimarães ESTADO DO PARÁ Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 5a J CJ Belém
08	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 406/92 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CNA Dr. Edilson Oliveira e Silva JOÃO ALVES DUARTE Dra Kelli Vilela Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira J CJ Marabá	19	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 393/92 TRANSPORTE LTDA Dr. Hilton Pontes JOSÉ RIBAMAR DA SILVA Dr. Eliezer Francisco Cabral Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 6a J CJ Belém	31	PROCESSO RECORRENTE/RECLAMADO: RECORRIDO/RECLAMANTE: RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT R EX OFF e RO 701/92 FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ - FCAP Dra Iraci Lobato outros Dr. João Rodrigues de Souza Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho 6a J CJ Belém
09	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 355/92 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE Dr. Almerindo Trindade JOSÉ SOUSA LOPES Dra Kelli Vilela Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira J CJ Marabá	20	PROCESSO RECORRENTE/RECLAMADO: RECORRIDO/RECLAMANTE: RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT R EX OFF e RO 1360/92 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE Dr. Lucy Régis MÁRIA JUREMA DAS C. RIBEIRO e outros Dra Vilma Chavaglia Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo J CJ Abaetetuba	32	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT R EX OFF 805/92 FRANCISCO DOMINGOS SILVA BARBOSA ESTADO DO PARÁ - DEPARTAMENTO DE TRANSITO Dr. Djalma Machado Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho J CJ obidos
10	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 1181/92 DISTRIBUIDORA DE LÂMPADAS LTDA Dr. Icarai Dantas SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LOUCAS, TINTAS, FERRAGENS, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E MATERIAL ELÉTRICO Dr. Raimundo Sérgio E. Santo Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo 8a J CJ Belém	21	PROCESSO RECORRENTE/RECLAMADO: RECORRIDO/RECLAMANTE: RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT R EX OFF e RO 773/92 FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ Dra Áurea de Fátima Gomes outros Dr. Amarildo Guerra Juiz José Severo Juiz Vicente Fonseca 1a J CJ Belém	33	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 1403/92 BANCO BRADESCO S/A Dr. Solon Rodrigues Filho CECÍLIA MARIA MOURA LACERDA Dr. Pedro de Sousa Filho Juiz José Teixeira Juiz Pedro Mello Juizo de Direito da Comarca de Redenção/PA
11	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 857/92 TENENGE-TÉCNICA NACIONAL DE ENGENHARIA S/A Dr. Iraclides de Castro SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO DE TUCURUI Dr. Rubens José de Lima Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo J CJ Tucuruí	22	PROCESSO RECORRENTE/RECLAMADO: RECORRIDO/RECLAMANTE: RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT R EX OFF e RO 321/92 INSTITUTO NACIONAL DO SE-RO SOCIAL - INSS Dr. João Francisco Ferreira AROLDO NAZARENO RODRIGUES DE LIMA e outros Dra Maria Lúcia Carramanho Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 5a J CJ Belém	34	PROCESSO AGRAVANTE (S): AGRAVADO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT A1 105/92 OSVALDO LOBATO DA SILVA Dr. Franklin da Silva PETRÓLEO BRASILEIRO S/A Juiz José Severo 5a J CJ Belém
12	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 709/92 MAFRINORTE - MATADOURO E FRIREFRIGERADO DO NORTE LTDA Dr. Frederico Oliveira DOMINGOS FERREIRA ASSUNÇÃO Dr. Rui Eivaldo da Cruz Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo J CJ de Castanhal	23	PROCESSO RECORRENTE/RECLAMADO: RECORRIDO/RECLAMANTE: RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT R EX OFF e RO 1445/92 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE Dr. Luiz Ferraz Filho RECORRIDO/RECLAMANTE: RAIMUNDO NONATO SIMÕES MOUSINHO e outros Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo J CJ Tucuruí	35	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 1074/92 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE Dra Ivana Ha Cruz JOSÉ FERREIRA DE ASSIS e outros Dr. João José Geraldo Juiz Pedro Mello
13	PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S): RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT RO 749/92 MAFRINORTE - MATADOURO E FRIREFRIGERADO DO NORTE LTDA Dr. Frederico Oliveira DOMINGOS FERREIRA ASSUNÇÃO Dr. Rui Eivaldo da Cruz Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo J CJ de Castanhal	24	PROCESSO RECORRENTE/RECLAMADO: RECORRIDO/RECLAMANTE: RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM :	TRT R EX OFF e RO 740/92 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ Dra Tererezinha Oliveira RECORRIDO/RECLAMANTE: RONALDO LOUZEIRO REIS DE SOUZA Juiz José Severo Juiz Vicente Fonseca 3a J CJ Belém			

REVISOR (A): ORIGEM	Juiza Marilda Coelho JCJ Tucuruí	RECORRIDO (S):	IDEVALDO FERREIRA GATINHO Dr. Raimundo Gomes Filho Juiz José Teixeira Juiz Pedro Mello 6a CJJ Belém
36 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 1590/92 SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DAS FUNDACÕES E ENTIDADES ASSISTENCIAIS E CULTURAIS DO ESTADO DO PARÁ. Dr. Carlos Zahlouth Júnior FUNDAÇÃO DOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ Dra Rosália de A. e Silva Juiz José Teixeira Juiz Pedro Mello 5a CJJ Belém	40 PROCESSO AGRAVANTE (S):	TRT AP 1313/92 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Dr. José Cláudio Brito Filho MILTON JOSÉ DOS SANTOS Dra Helena Cláudia Pingarilho Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 5a CJJ Belém
RECORRIDO (S):		AGRAVADO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
37 PROCESSO RECORRENTE/RECLAMANTE (S):	TRT R EX OFF e RO 99/92 RECLAMANTE: RAINUNDO ELIAS SOUZA NEGRÃO Dra Vânia Pessoa RECORRIDO/RECLAMADO: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA - PREFEITURA MUNICIPAL Dra Maria da Conceição Campos Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 5a CJJ Belém	49 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 240/92 TRANSPORTADORA RELÂMPAGO LTDA Dr. Nelson Cunha e outros RAINUNDO XAVIER SENA SANTOS e outro Dra Carmen Lúcia Dueiroz Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 5a CJJ Belém
RECORRIDO/RECLAMADO (S):		RECORRIDO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
38 PROCESSO RECLAMANTE (S): RECLAMADO (S):	TRT R EX OFF 130/92 JOSÉ FRAGOSO DE ARAÚJO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO PARÁ-PREFEITURA MUNICIPAL Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira JCJ Capanema	50 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 1976/91 JOÃO EVANGELISTA DO NASCIMENTO Dr. Oswaldo Coelho CIA VALE DO RIO DOCE Dr. José Frederico Marinho Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira JCJ Marabá
RECLAMADO (S):		RECORRIDO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
39 PROCESSO RECORRENTE/RECLAMADO (S):	TRT R EX OFF e RO 101/92 RECLAMANTE: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA/SEFA Dra Loana Lia Uliana RECORRIDO/RECLAMANTE: REGINA CÉLIA FONSECA DOS SANTOS Dr. Raimundo Luis Moda Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 8a CJJ Belém	51 PROCESSO RECLAMANTE (S):	TRT R EX OFF 724/92 VENERANA ROSA DE JESUS e outra (espólio de Elda Lopes) MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira JCJ Tucuruí
RECORRIDO/RECLAMANTE (S):		RECLAMADO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
40 PROCESSO RECLAMANTE (S): RECLAMADO (S):	TRT R EX OFF 83/92 ANA MARIA TRINDADE Dr. Hamilton Gualberto MUNICÍPIO DE BUJARU - PREFEITURA MUNICIPAL Dra Fabiano Antônio Bastos Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 7a CJJ Belém	52 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 1521/92 BANCO ITAÚ S/A Dr. Paulo Chermont ARMANDO CARLOS COSTA FERREIRA Dr. Samuel da Silva Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho 1a CJJ Belém
RECLAMADO (S):		RECORRIDO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
41 PROCESSO RECLAMANTE (S): RECLAMADO (S):	TRT R EX OFF 106/92 NELMA DE SOUZA TOURÃO Dr. José Alfredo Santana MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS - PREFEITURA MUNICIPAL Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira JCJ Abaetetuba	53 PROCESSO RECLAMANTE (S):	TRT R EX OFF 1146/92 MARIA IVANES SOUZA SACRAMENTO Dra Aurenice Botelho MUNICÍPIO DE MARABÁ - PREFEITURA MUNICIPAL Dr. Plínio Pinheiro Neto Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho JCJ Marabá
RECLAMADO (S):		RECLAMADO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
42 PROCESSO RECORRENTE (S): RECORRIDO (S):	TRT RO 410/92 LEAL SANTOS PESCADOS S/A Dr. Haroldo Alves dos Santos JUCICLÉIA MARILIA NERY DE CASTRO Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira JCJ Macapá	54 PROCESSO RECLAMANTE (S):	TRT R EX OFF 1144/92 GREGÓRIA RODRIGUES BARBOSA Dra Aurenice Botelho MUNICÍPIO DE MARABÁ - PREFEITURA MUNICIPAL Dr. Plínio Pinheiro Neto Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho JCJ Marabá
RECORRIDO (S):		RECLAMADO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
43 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 3828/91 PINA INTERCÂMBIO COMERCIAL INDUSTRIAL E PESCA S/A Dr. Haroldo Santos LETICIO CÂNDIDO Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira 3a CJJ Belém	55 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 1856/92 COMPANHIA REAL AGROINDUSTRIAL Dra Maria da Graça Melo CARLOS ALBERTO ALMEIDA Dr. Raimundo Conte Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho 5a CJJ Belém
RECORRIDO (S):		RECORRIDO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
44 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 1693/92 J.B. LOTERIAS LTDA Dr. Roberto Ferreira HERMÍNIO SEABRA DOS SANTOS Dra Izabel Gomes OS MESMOS Juiz José Teixeira Juiz Pedro Mello 3a CJJ Belém	56 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 3754/91 MANOEL DA SILVA LIMA Dra Vilma Chavaglia ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA Dr. Celso Castelo Branco Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho JCJ Abaetetuba
RECORRIDO (S):		RECORRIDO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
45 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 320/92 MONTREAL ENGENHARIA S/A Dr. Renato César da Silva CAMILO BARBOSA DE MORAES Dr. Délcio José Silva Juiz Vicente Fonseca Juiz José Teixeira JCJ Abaetetuba	57 PROCESSO RECLAMANTE (S):	TRT R EX OFF 937/92 MARIA DE LOURDES OLIVEIRA NUNES Dra Ana Maria Grafutha MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARA-GUAIA-PREFEITURA MUNICIPAL Dra Oclida Nunes Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho JCJ Marabá
RECORRIDO (S):		RECLAMADO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
46 PROCESSO RECLAMANTE (S): RECLAMADO (S):	TRT R EX OFF 598/92 ISHMAEL LEAL TAVARES Dra Maria d'Assunção Tavares MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ARARI - PREFEITURA MUNICIPAL Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo 6a CJJ Belém	58 PROCESSO RECLAMANTE (S):	TRT R EX OFF 1690/92 MARIA GORETT DE SOUZA CARDOSO Dra Aurenice Botelho MUNICÍPIO DE MARABÁ - PREFEITURA MUNICIPAL Dr. Plínio Pinheiro Neto Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho JCJ Marabá
RECLAMADO (S):		RECLAMADO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM		RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
47 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 1239/92 HELMAR PERFORAÇÕES MARITIMAS E TERRESTRES LTDA Dr. Manoel José Siqueira	59 PROCESSO	TRT R EX OFF e RO 1020/92

RECORRENTE/RECLAMADO (S):	INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Dra Marilena de Castro Dra Antonia SINVAL COSTA e outros Dra Elizete Cirineu Rocha Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo 8a CJJ Belém
RECORRIDO/RECLAMANTE (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
60 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 1876/92 SHARP DO BRASIL S/A - INDÚSTRIA E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS Dr. Gilson Faciola de Souza KÁTIA DO SOCORRO ABRANTES VASCONCELOS Dr. José Rubens Leão Juiz Pedro Mello Juiza Marilda Coelho 4a CJJ Belém
RECORRIDO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
61 PROCESSO RECORRENTE (S):	TRT RO 3570/91 ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA - SAGRI Dra Carmen Lúcia Cunha MÁRIA DE JESUS JORGE RODRIGUES Dr. Paulo César Amorim Juiza Marilda Coelho Juiz José Severo 4a CJJ Belém
RECORRIDO (S):	
RELATOR (A): REVISOR (A): ORIGEM	
PROCESSO TRT RO 3033/91	
RECORRENTE :	RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO DOCEGEO Advogados: Dra. Gisele A. Rego de Souza e outros
RECORRIDOS :	JOÃO ROLIM FILHO e OUTROS Advogado: Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos

**DESPACHO**

Recurso tempestivo e subscrito por advogada habilitada, efetivado o depósito recursal e não mais havendo custas a pagar.

Manifesta a recorrente seu inconformismo contra decisão regional que, decretando a inconstitucionalidade de dispositivos do Decreto-Lei 2335/87, da Lei 7730/89 e da Medida Provisória 154/90, confirmou sentença de primeira instância, deferindo aos recorridos diferenças salariais decorrentes da supressão dos índices inflacionários de junho/87, de fevereiro/89 e de março/90 e consectários, mais juros e correção monetária. Recorre, alegando divergência jurisprudencial e violação legal em relação ao IPC de março/90 e violação à coisa julgada em relação ao IPC de junho/87 e à URP de fevereiro de 1989.

Relativamente ao IPC de março/90, os arestos trazidos à colação, oriundos deste Regional, não servem para caracterizar divergência por tratar-se de jurisprudência isolada, não externando a posição do Egrégio Tribunal em sentido contrário. Aliás, nos arestos colacionados sequer houve a análise da inconstitucionalidade do dispositivo questionado, o que evidencia a divergência de hipóteses examinadas, naquelas e nesta processo, sendo tais arestos inseríveis para evidenciar o dissenso pretoriário, também, a teor do Enunciado 296 e 23 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Por outro lado, a natureza essencialmente interpretativa da matéria questionada veda a admissibilidade da revista sob o pressuposto de violação legal, ao teor do Enunciado nº 221 do mesmo Colendo Tribunal.

Relativamente ao IPC de junho/87 e à URP de fevereiro/89, aduz a recorrente que tais índices foram transacionados através de acordo coletivo, o que não foi reconhecido pela decisão impugnada. Tal matéria, adequadamente analisada na primeira instância, não foi questionada por ocasião do recurso ordinário da recorrente e, em consequência, não analisada pelo Tribunal. Não havendo o prequestionamento necessário, ocorreu a preclusão, nos termos do Enunciado nº 297 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Intime-se.

Belém, 12 de junho de 1992.

ITAIR SA DA SILVA  
Juiz Vice-Presidente, no  
exercício da Presidência

PROCESSO TRT RO 1896/91

RECORRENTE : CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO COR-  
REA S/A

Advogada: Dra. Rosa Maria Raimundo

RECORRIDO : BENEDITO FRANCISCO CAVALCANTE

**DESPACHO**

Recurso que preenche os pressupostos objetivos de admissibilidade e fundamentado nas alíneas a e c do art. 896 da CLT.

Insurge-se a recorrente contra o deferimento de diferenças salariais e consectários decorrentes dos Planos Bresser, Verão e Collor. Alega divergência jurisprudencial e violação legal.

Toda a matéria questionada, à exceção do Plano Collor, já se encontra pacificada, estando a argumentação da recorrente, inclusive os arestos transcritos e acostados em certidões, superados por iterativa e atual jurisprudência do TST, sendo incabível a revista, por quaisquer dos pressupostos invocados, nos termos do Enunciado 42 do Colendo TST.

Relativamente ao IPC de março/90, os arestos Regionais colacionados não servem para caracterizar a divergência alegada, por constituírem decisões isoladas, contrárias ao entendimento desta Tribunal. Do mesmo modo, desserve a jurisprudência oriunda do Supremo Tribunal Federal, por não estar esse órgão relacionado entre aqueles discriminados na alínea a do art. 896 da CLT.

Não demonstrou, também, a recorrente, qualquer violação a dispositivo legal. Neste aspecto, a natureza essencialmente interpretativa da matéria atrai a incidência do Enunciado 221 do Colendo TST, sendo incabível a revista baseada em tal pressuposto.

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Intime-se.

Belém, 16 de junho de 1992.

ITAIR SA DA SILVA  
Juiz Vice-Presidente, no  
exercício da Presidência

PROCESSO TRT RO 2876/91

RECORRENTE : CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO COR-  
REA S/A

Advogada: Dra. Rosa Maria Raimundo

RECORRIDO : GERALDO JOSÉ DOS SANTOS

**DESPACHO**

Recurso em ordem e fundamentado nas alíneas a e c do art. 896 da CLT.

Prende-se o inconformismo da recorrente à decretação, pelo Regional, da inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 7730/89, deferindo ao decorrido diferenças salariais e consectários decorrentes do Plano Verão, entre outras parcelas, e à aplicação da multa de 1% do valor da causa por julgar os embargos por ela interpostos, meramente protelatórios. Alega divergência jurisprudencial e violação legal.

Relativamente aos embargos, ao interpor-los, prequestionou a recorrente o aspecto referente à compensação dos reajustes concedidos. Tal parcela, entretanto, já havia sido negada explicitamente pelo acórdão regional, motivo pelo qual foram os embargos considerados protelatórios e aplicada a multa acima referida. Conforme salienta o acórdão decorrente do RO interposto, as parcelas deferidas o foram a título de diferenças. Se são diferenças, logicamente abrangem somente o percentual existente entre os valores efetivamente pagos e os valores devidos. Deferir a compensação seria deferir a parcela duas vezes. Nesse sentido é o aresto regional nº 1117/91, trazido como paradigma divergente, mas que é assente com a decisão inquinada.

O restante do apelo questiona somente a constitucionalidade da Lei 7730/89 e o deferimento das parcelas decorrentes da aplicação do Plano Verão, matéria já pacificada, estando toda a argumentação recursal, inclusive os arestos colacionados, superada por iterativa e atual jurisprudência do Colendo TST, sendo incabível a revista, nos termos do Enunciado 42, daquele Colendo do Tribunal.

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Intime-se.

Belém, 16 de junho de 1992.

ITAIR SA DA SILVA  
Juiz Vice-Presidente, no  
exercício da Presidência

PROCESSO TRT RO 3144/91

RECORRENTE : CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO COR-  
REA S/A

Advogada: Dra. Rosa Maria Raimundo

RECORRIDOS : LÁZARO MIRA e OUTROS

Advogados: Dr. Luiz Moda e outros

**DESPACHO**

Recurso tempestivo, subscrito por advogada habilitada, não mais havendo custas a pagar ou depósito recursal a efetivar.

Insurge-se a recorrente contra decisão regional que, decretando a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 7730/89, deferiu aos recorridos diferenças salariais e consectários decorrentes da supressão do índice de 26,05% da URP de fevereiro/89, além de outras parcelas. Alega nulidade do acórdão regional por alteração do julgado e julgamento ultra petita e, no mérito, divergência jurisprudencial e violação legal.

Relativamente à alteração do julgado e julgamento ultra petita, a matéria já foi devidamente esclarecida através do acórdão decorrente dos embargos de declaração interpostos, não se vislumbrando qualquer ofensa a dispositivo legal na decisão, como pretende a recorrente. Resume-se a argumentação a filigranas sem qualquer aspecto prático, cuja finalidade única é tumultuar o processo. A jurisprudência acostada, neste ponto, não se amolda à hipótese dos autos.

No tocante à decretação de inconstitucionalidade e deferimento das parcelas de diferenças e consectários decorrentes da URP de feve-

reiro/89, toda a argumentação recursal, inclusive a jurisprudência transcrita e acostada aos autos por certidões, encontra-se superada por iterativa e atual jurisprudência do TST, sendo incabível a revista, nos termos do Enunciado 42 do TST.

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Intime-se.

Belém, 16 de junho de 1992.

ITAIR SA DA SILVA  
Juiz Vice-Presidente, no  
exercício da Presidência

PROCESSO TRT Nº R EX OFF e RO 3089/91

RECORRENTES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
Adv.: Dra Margarida Maria R. Ferreira de  
Carvalho e outros

MARIA DO SOCORRO BATISTA DE SOUZA e  
OUTROS  
Adv.: Dr. Frederico Antônio L. de Oliveira e  
outros

RECORRIDOS : OS MESMOS

**DESPACHO**

I - Os recursos de fls. 140/148 e 152/157 estão em ordem e ambos fundamentados nas alíneas "a" e "c" do art. 896 consolidado.

II - Recorrem de revista contra a decisão do E. Tribunal que não deferiu as diferenças decorrentes da aplicação do IPC de abril/90, por não ter alcançado o "quorum" constitucional para declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 8.030/90 e Portarias do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e decretou a inconstitucionalidade do item II e do §1º, do art. 2º da MP 154/90 e do §4º do art. 8º do DL 2335/87 e dos arts. 5º e 6º da Lei nº 7730/89.

**III - RECURSO DA UNIVERSIDADE:**

Entidade beneficiada pelo DL nº 779/69. As razões do apelo, tentando demonstrar a divergência jurisprudencial, colacionam arestos como paradigmas, entretanto, inservíveis à finalidade: os de fls. 156/157 são oriundos do STF e o de fls. 155, sendo genérico, esbarra no Enunciado nº 296 do C. TST; já o de fls. 153 trata de entendimento superado, encontrando óbice no Enunciado nº 42 do TST. Quanto à violação, não lhe assiste razão. A matéria, sendo de natureza interpretativa, não dá ensejo à revista por este pressuposto.

**IV - RECURSO DOS RECLAMANTES:**

Entendo que os arestos colacionados a fls. 143, como paradigmas divergentes, apenas reforçam o entendimento da v. decisão impugnada. No que diz respeito à violação, as razões dos recorridos não são suficientes para configurar qualquer ofensa à literalidade dos preceitos legais invocados. Além do mais, a natureza interpretativa da matéria atrai a aplicação do disposto no Enunciado nº 221 do C. TST.

V - Pelo exposto e com fulcro nos Enunciados nºs 23, 42, 221 e 296 do Colendo TST, denego a interposição de ambos os recursos. Intimar.

Belém, 11 de junho de 1992.

ITAIR SA DA SILVA  
Juiz Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência

## Imprensa Oficial do Estado

### AVISO

Avisamos aos clientes e leitores do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, que as matérias e anúncios devem obedecer as normas estabelecidas para que seja garantida a qualidade da impressão.

A Imprensa Oficial do Estado, reserva-se ao direito de:

- ampliar ou reduzir para o tamanho adequado, a arte ou fotolito que não se enquadrar dentro das normas estabelecidas nos gabaritos.
- não havendo alternativa técnica para a ampliação ou redução, a publicação será, suspensa.

A direção